



## Decisão Monocrática 00695/2021-6

Produzido em fase anterior ao julgamento

**Processo:** 05605/2020-1

**Classificação:** Atos Sujeitos a Registro - Aposentadoria

**UG:** IPASPEC - Instituto de Previdência e Assistência Dos Servidores Municipais de Pedro Canário

**Relator:** João Luiz Cotta Lovatti

**Interessado:** ROSE ALCANTARA DE OLIVEIRA FREITAS

**Responsável:** RONAN DALMAGRO

Tratam os autos da apreciação de concessão de APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA, concedida à servidora em epígrafe, por meio da Portaria 198/2020 (fl. 1 - evento 14), com fundamento no art. 3º, incisos I, II e III, da Emenda Constitucional 47/2005.

Considerando a Manifestação do Ministério Público de Contas nº 0118/2021-7, evento 19, da lavra do ilustre Procurador de Contas, Dr. Luciano Vieira, **DETERMINO a NOTIFICAÇÃO** do Sr. **Ronan Dalmagro**, gestor do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Municipais de Pedro Canário - IPASPEC, na forma do art. 38, Inciso IV e art. 224, parágrafo único, ambos do Regimento Interno<sup>1</sup> (Resolução TC 261/2013), estabelecendo o **PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS** para que o órgão de origem preste os esclarecimentos suscitados pelo douto Ministério Público de Contas, para posterior apreciação do feito, devendo ser encaminhada, junto ao Termo de Notificação, a cópia da Manifestação do Ministério Público de Contas nº 0118/2021-7.

Fica o(a) responsável advertido(a) de que o não atendimento a esta Decisão no prazo determinado poderá implicar em sanção de multa prevista no art. 135, IV, da Lei Complementar 621/2012, art. 389, IV do Regimento Interno do Tribunal de Contas, c/c art. 29 da IN 31/2014.

Em 16 de agosto de 2021.

**JOÃO LUIZ COTTA LOVATTI**

**Conselheiro Substituto - Relator**

<sup>1</sup> Art. 38. Compete ao Ministério Público junto ao Tribunal, em sua missão de guarda da lei e fiscal de sua execução: ...IV - juntar documentos, produzir provas e requerer medidas ou diligências que julgar necessárias;

Art. 224. [omissis]

Parágrafo único. O Relator poderá determinar a realização de diligências, fixando prazo para o seu cumprimento.